

## **Asiáticos armam estratégia para barrar contra-reforma agrária**

**Imposição de projetos de desenvolvimento de grande escala que causam o deslocamento das populações rurais, com construção de barragens e estradas, foi definido pelos movimentos sociais asiáticos como uma contra-reforma agrária. E apesar das diferenças regionais, os desafios são os mesmos, dizem eles.**

*Patricia Bonilha – Agencia Carta Maior<sup>1</sup>  
6 de diciembre de 2004*

**Valência** - A história de cada um deles é bastante particular. A Tailândia, por exemplo, nunca foi colonizada. Outros países, como a Índia, ao contrário, tiveram um longo processo de colonização que só terminou em um passado bastante recente, em 1947. A China e o Vietnã experimentam desde 1949 e 1975, respectivamente, sistemas de governo comunistas. O Camboja continua sendo uma monarquia que patina para se recuperar de uma guerra civil que acabou há 25 anos e dizimou quase um terço da sua população. Há décadas, o Japão atingiu o ápice da modernização e optou por um sistema extremamente individualista de desenvolvimento, enquanto agricultores na região do Himalaia mantinham o tradicional respeito à terra e a produção baseada no cooperativismo. Em Ladakh, no norte da Índia, há apenas 30 anos, as comunidades, que eram todas rurais, não utilizavam nenhuma forma de dinheiro para suas transações comerciais.

Estas e inúmeras outras diferenças históricas, geográficas, políticas e econômicas que podem ser facilmente detectadas na Ásia parecem estar tornando-se pequenas diante de uma nova realidade que, de certo modo, unifica a conjuntura agrária do continente que possui cerca de 70% da população rural de todo o mundo (de acordo com dados de 2002 da FAO, órgão das Nações Unidas para alimentação e agricultura).

Essa avaliação foi diagnosticada em duas ocasiões anteriores ao Fórum Mundial da Reforma Agrária (FMRA). A primeira, no encontro de ativistas e intelectuais envolvidos na luta pelo direito a terra em Washington, em abril de 2002, e a segunda, no Encontro dos Movimentos Sociais da Ásia que aconteceu em Bancoc, na Tailândia, no mesmo ano.

Agora, no FMRA, as entidades engajadas na luta pela reforma agrária mais uma vez confirmam este diagnóstico por meio do cruzamento das análises do que vem ocorrendo em seus países e começam a estabelecer estratégias para enfrentar um mesmo denominador comum: a imposição da globalização rural.

---

<sup>1</sup> Cobertura jornalística realizada com apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil

Os sintomas dessa nova epidemia imposta pelas instituições financeiras internacionais, como Banco Mundial, Banco de Desenvolvimento Asiático e Fundo Monetário Internacional, alastram-se por todo o continente, sem respeitar fronteiras, como está muito bem definido em sua cartilha de livre-comércio, e amarra-se a programas de privatizações dos recursos naturais, um dos eixos fundamentais de debate deste fórum.

Segundo as organizações presentes, a concentração cada vez maior de terras nas mãos da minoria rica pode ser detectada em todos os países asiáticos, com exceção do Vietnã. No entanto, essa aparente situação privilegiada dos vietnamitas não parece ter força suficiente para se sustentar por muito mais tempo. A União de Fazendeiros do Vietnã avalia que, devido ao atual processo mundial de globalização que tem como prioridade a produtividade e o lucro, a tendência é a de que os pequenos proprietários tenham cada vez menos acesso a terra.

Os participantes filipinos, que têm a maior representação asiática do encontro, definiram o atual contexto econômico do país como sendo semifeudal, sendo que as elites políticas, muitas vezes, juntam-se a negociadores estrangeiros e controlam a maioria das terras, ignorando os vários programas de reforma agrária que, desde 1930, foram apresentados, mas nunca implementados.

A Índia, que possui a maior população de pobres do mundo, tem 750 milhões de pessoas dependentes da agricultura e também apresenta uma distribuição extremamente desigual de terras. De acordo com Paul Divakar, da Campanha Nacional dos Direitos Humanos dos Dalits (os chamados intocáveis, grupo excluído até do sistema de castas), desde a independência, conquistada em 1947, houve três ondas de reforma agrária que nunca incluíram os dalits. “Não é somente o Estado, mas também a sociedade que proíbe o direito de propriedade aos dalits. Qual a legitimidade de uma reforma agrária que impede a possibilidade de aquisição de terra pelos excluídos?”, questiona.

### **Programa de morte**

Segundo a indiana Shalmali Guttal, coordenadora de programas do *Focus on the Global South*, maior entidade de luta por desenvolvimento sustentável e direitos humanos da Ásia, o endividamento rural tem trazido conseqüências assustadoras a região. “Esta é a maior causa da perda de terras entre os setores marginalizados e pobres da sociedade e tem custado a vida de milhares de agricultores”, afirma Shalmali. Em 1999, mais de quinhentos fazendeiros de algodão se suicidaram no distrito de Warangal, Andrah Pradesh, na Índia Central. O suicídio por envenenamento ou enforcamento tornou-se um símbolo asiático de um sistema agrário

que privilegia e subsidia o agronegócio, e não concede espaço e nem condições mínimas de competição, ou até mesmo de sobrevivência, ao mercado doméstico.

A imposição de projetos de desenvolvimento de grande escala, como a construção de barragens e megaestradas, que causam o deslocamento das populações rurais, e a “reforma agrária de mercado” são outros aspectos comuns enfrentados pelas organizações asiáticas em sua resistência a modelos que estão tirando as comunidades de suas terras, no que foi definido pelos participantes como uma contra-reforma agrária.

### **Ocupar é prioridade**

Dentro da atual perspectiva que coloca o direito ao acesso a terra e aos recursos naturais, a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável como pilares de um novo paradigma para a reforma agrária do século 21, a ocupação de terras foi definida como a principal ferramenta para a implementação de uma genuína reforma no sistema agrário asiático.

O sucesso dos movimentos de trabalhadores rurais de Bangladesh, que, recentemente, distribuíram 28.300 hectares, depois de várias ocupações, e da Tailândia, que por intermédio de um movimento de reforma agrária comunitária possibilitou o acesso de 2.300 hectares de terra a 4.000 comunidades rurais, serve de modelo à estratégia defendida como prioritária pelas organizações da Ásia. O MST brasileiro é constantemente citado pelas organizações como um movimento vitorioso e inspirador neste plano de resistência do continente.

As greves de fome (que se tornaram populares na luta de Gandhi pela independência indiana), o reconhecimento dos direitos a terra pelas populações indígenas e uma utilização mais freqüente de batalhas judiciais são as outras propostas estratégicas determinadas pelas organizações para o ano de 2005.